

a Assembleia Geral, **(iii)** aprovação de planos de participação de lucros, bem como estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios dos Diretores e da Companhia; **(iv)** aquisição ou alienação de participação em outras sociedades; **(v)** determinação do voto da Companhia em qualquer reunião ou assembleia de qualquer sociedade na qual a Companhia detenha participação direta; **(vi)** chamadas de capital, dentro do limite do capital social subscrito; **(vii)** emissão de ações ordinárias, bônus de subscrição ou títulos conversíveis em ações, respeitado o limite previsto no Artigo 5º acima, e determinação dos termos e condições de cada emissão; e **(viii)** emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real. **Diretoria: Artigo 13.** A Diretoria será composta por 2 (dois) a 5 (cinco) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por esse destituíveis a qualquer tempo, sendo todos os Diretores sem designações específicas. **Parágrafo 1º.** Os Diretores serão eleitos pelo prazo de mandato de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição. **Parágrafo 2º.** Findos os seus mandatos, poderão ser nomeados novos Diretores por meio de deliberação aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas. Caso o quorum de aprovação não seja alcançado, os Diretores então empossados serão considerados automaticamente reeleitos para o exercício de novo mandato de 2 (dois) anos.

Artigo 14. Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, inclusive aqueles previstos no eventual plano de negócios aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social. **Artigo 15.** A Companhia considerará-se obrigada quando representada: **(i)** por 2 (dois) Diretores em conjunto; **(ii)** por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática de quaisquer atos em valor de até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) em uma única operação; ou **(iii)** por 1 (um) só Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática dos seguintes atos: **a)** de representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes, nas Assembleias Gerais de acionistas ou reuniões de sócios das sociedades nas quais a Companhia participe, bem como nas Assembleias ou reuniões de entidades de direito privado nas quais a Companhia participe como patrocinadora, membro fundador ou simplesmente membro participante; **b)** de endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia, independentemente do valor; **c)** de representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho; para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados; e para acordos trabalhistas; e **d)** para a prática de quaisquer atos em valor de até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma única operação. **Parágrafo 1º.** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e salvo aquelas previstas no Parágrafo Segundo deste Artigo, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. **Parágrafo 2º.** As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas.

Conselho Fiscal: Artigo 16. O Conselho Fiscal sempre será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante solicitação dos Acionistas, conforme previsto em lei. **Exercício Social e Lucros: Artigo 17.** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que deverão ser preparados o balanço e as demais demonstrações financeiras previstas em lei. **Parágrafo 1º.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo 2º.** Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 3º.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, que poderá, por proposta da Diretoria: **(i)** deliberar sobre parte do lucro líquido prevista em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das S.A.; e **(ii)** destinar a totalidade ou parcela do lucro remanescente às reservas estatutárias previstas no presente Estatuto Social, nos termos do Artigo 194 da Lei das S.A. **Artigo 18.** Adicionalmente às reservas legalmente previstas, a Companhia terá as seguintes reservas de lucros: **(i) Reserva para Investimentos**, cujos recursos serão destinados à realização de investimentos relacionados ao objeto social da Companhia e à expansão de suas atividades, formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de Reserva para Investimentos não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social. **(ii) Reserva de Capital de Giro**, cujos recursos serão destinados a suprir as necessidades de capital operacional da Companhia, formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de Reserva de Capital de Giro não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do capital social. **Artigo 19.** A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os ao dividendo obrigatório. **Artigo 20.** A Assembleia Geral poderá declarar e pagar, a qualquer tempo durante o exercício social, dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes nos exercícios sociais precedentes, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício. **Artigo 21.** Observados os requisitos e limites legais, a Assembleia Geral poderá, ao final de cada trimestre ou semestre, com base em balanço intermediário específico, declarar e pagar dividendos periódicos a partir dos resultados verificados no trimestre ou semestre em questão, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício. **Artigo 22.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Dissolução e Liquidação: Artigo 23.** A Companhia será dissolvida e liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Juízo Arbitral: Artigo 24.** A Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada à aplicação, validade, eficácia, interpretação ou violação das disposições constantes neste Estatuto Social ou na Lei das S.A. **Parágrafo 1º.** Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quanto necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído. **Parágrafo 2º.** A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade desta cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes de seu Regulamento. JUCESP – Registrado sob o nº 298.547/24-4 em 06/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2023

1. Hora, data e local: As 09h30 do dia 24 de fevereiro do ano de 2023, na sede social da Companhia, localizada no Largo do Arouche, nº 24, 4º andar, CEP 01219-910, São Paulo/SP. **2. Convocação:** Convocação dispensada diante da presença da totalidade dos Conselheiros da Companhia, quais sejam: José Ricardo Ramalho Barella, Eduardo Silva Leonardi, Rafael Carneiro Bastos de Carvalho e André Macedo Pezeta. **3. Presença:** Presentes os Conselheiros José Ricardo Ramalho Barella, Eduardo Silva Leonardi, Rafael Carneiro Bastos de Carvalho e André Macedo Pezeta. Como convidados, o Diretor Presidente, Sr. Eduardo Machado Barella, a Diretora Financeira, Sra. Gisele Samara Carvalho, o Diretor de Engenharia, Sr. Ricardo Machado Barella, o Diretor de Gerenciamento, Sr. Fabrício Bistene, o Diretor de Manutenção, Sr. Ricardo Justo, e o Sr. Arthur Castro, como apoio jurídico nos trabalhos. **4. Composição da Mesa e Instalação:** Foram aclamados José Ricardo Ramalho Barella, na qualidade de Presidente, e Rafael Carneiro Bastos de Carvalho, como Secretário. **5. Ordem do dia:**

- 1. Reratificar o início do mandato da Diretoria, eleita na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2022, e ratificar a Eleição da Diretoria, nos termos do Estatuto Social da Companhia;** 2. Apresentação do resultado consolidado da Companhia até janeiro de 2023 e projeção para o restante do exercício;
- 3. Apresentação dos Indicadores Financeiros da Companhia;** 4. Apresentação das atividades e oportunidades em desenvolvimento pela Companhia;
- 6.1 Reratificação e início do mandato da Diretoria, eleita na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2022, e ratificar a Eleição da Diretoria, nos termos do Estatuto Social da Companhia:** Os membros do Conselho de Administração tomaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, as seguintes deliberações: **1.** Reratificar o início do mandato da Diretoria, constante na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2022, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em sessão realizada no dia 23 de janeiro de 2023, sob o registro nº 028.419/23-6, protocolo nº 0151175238, que passará a vigor com a seguinte redação: “Ambos os Diretores são eleitos com mandato unificado de 3 anos, a contar do término do mandato vigente em 08 de fevereiro de 2023, permitida a reeleição.” **2.** Ratificar a reeleição, nos termos do Capítulo VI - Diretoria, do Estatuto da Companhia, e do item 5.7 do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, (f) o Sr. **Eduardo Machado Barella**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.577.465-7 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº: 286.937.088-13, residente e domiciliado na Praça da República, 32, 22º andar, República, São Paulo/SP, CPF 01045-001, para o cargo de Diretor Presidente; e (ii) o Sr. **José Ricardo Ramalho Barella**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, inscrito perante o CREA/SP sob o nº 019.576-D, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.769.735 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 001.932.398-09, residente e domiciliado na rua Coronel Melo Oliveira, 55, apartamento 151, Perdizes, São Paulo/SP, CPF 05011.040, para o cargo de Diretor Técnico. Ambos os Diretores são eleitos com mandato unificado de 3 anos, a contar do término do mandato vigente em 08 de fevereiro de 2023, permitida a reeleição. **6.2 Apresentação do resultado consolidado da Companhia até janeiro de 2023 e projeção para o restante do exercício:** Superadas as matérias deliberativas, a Diretoria apresentou ao Conselho o resultado consolidado da Companhia até o mês de janeiro, com comparação entre resultado real e resultado orçado, bem como a projeção para o exercício de 2023, tendo cada um dos Diretores responsáveis por cada unidade de negócio explicado os resultados das respectivas áreas, bem como esclarecido algumas dúvidas dos Conselheiros na oportunidade. **6.3 Apresentação dos Indicadores Financeiros da Companhia:** Complementando a apresentação do resultado consolidado da Companhia, a Diretoria passou a expor acerca dos principais Indicadores Financeiros da Companhia, de forma contextualizada, explicando as decisões e circunstâncias que impactaram os índices. Posteriormente a diretoria apresentou para o conselho uma comparação histórica sobre o crescimento dos índices financeiros entre a DRE consolidada de 2020, 2021 e 2022 e a projeção de 2023. Durante a exposição, houve debate entre os presentes a respeito dos dados apresentados. **6.4 Apresentação das atividades e oportunidades em desenvolvimento pela Companhia:** A Diretoria apresentou, de modo segmentado por unidade de negócio, as principais oportunidades e atividades que estão sendo desenvolvidas pela Companhia, tanto no setor de operação, como na área comercial, tendo os respectivos Diretores de cada unidade de negócio apresentado considerações e destaques sobre sua área. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata 110 livro próprio, e em via eletrônica para arquivamento junto à Junta Comercial do Estado de São Paulo. A ata foi lida em sua integralidade, aprovada por unanimidade e assinada eletronicamente pelos Conselheiros presentes. São Paulo/SP, 24 de fevereiro de 2023. Mesa: José Ricardo Ramalho Barella, Presidente; Rafael Carneiro Bastos de Carvalho, Diretor. Conselheiros: José Ricardo Ramalho Barella, Rafael Carneiro Bastos de Carvalho, Eduardo Silva Leonardi, André Macedo Pezeta. JUCESP nº 108.803/23-5 em 15/03/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Orbis Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 37.411.141/0001-07 – NIRE 35.300.559.568
Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 13 de agosto de 2024
1. Data, Hora e Local: 13 de agosto de 2024, às 10 horas, na sede social da Orbis Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), localizada Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Monica, nº 281, sala 02, Parque Industrial São José, CEP 06715-865. **2. Mesa:** Presidente: Caroline de Jesus Novaes e Secretário: Flávio Domingos Gonçalves. **3. Convocação e Presença:** convocação prévia dispensada, em razão da presença de acionistas titulares da totalidade das ações emitidas pela Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei das S.A. **4. Ordem do Dia:** Apresentação e deliberação acerca da (i) a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 4.717.080,00 (quatro milhões, setecentos e dezessete mil e oitenta reais) mediante o cancelamento de 4.717.080 (quatro milhões, setecentos e dezessete mil e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante absorção do saldo de prejuízos acumulados da companhia; (ii) a redução de capital social da Companhia no valor total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), com o correspondente cancelamento de 3.000.000 (três milhões) ações da Companhia por este ter sido considerado excessivo em relação ao objeto da Companhia; (iii) alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a redução do capital social e; (iv) a consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, o Presidente da Mesa esclareceu que a ata da presente assembléia seria lavrada em forma sumária, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Em seguida foi deliberado sobre a matéria constante da ordem do dia, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, da seguinte forma: **(i)** Foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 4.717.080,00 (quatro milhões, setecentos e dezessete mil e oitenta reais), mediante o cancelamento de 4.717.080 (quatro milhões, setecentos e dezessete mil e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por absorção do saldo de prejuízos acumulados da Companhia no valor de R\$ R\$ 4.717.079,66 (quatro milhões, setecentos e dezessete mil, setenta e nove reais e sessenta e seis centavos) conforme registrados nas demonstrações financeiras da Companhia; **(ii)** Foi aprovada ainda, a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) mediante o cancelamento de 3.000.000 (três milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por este ter sido considerado excessivo em relação ao objeto da Companhia, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A, mediante a entrega do referido montante, em moeda corrente nacional, para as acionistas da Companhia, na proporção de suas participações no capital social. As acionistas autorizam a administração da Companhia a tomar as providências necessárias à efetivação da redução de capital ora aprovada, em especial aquelas previstas no Artigo 174 da Lei das S.A. Ainda, os Acionistas autorizam a suspensão da presente ata pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação do extrato da presente ata, dando ciência da redução de capital; e **(iii)** Em virtude das deliberações acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 62.642.871,00 (sessenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e oitocentos e setenta e um reais), dividido em 62.642.871 (sessenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e oitocentos e setenta e uma) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$ 54.925.791,00 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e vinte e cinco mil e setecentos e noventa e um reais), dividido em 54.925.791 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e vinte e cinco mil e setecentos e noventa e um reais) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo que o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º. O capital social da Companhia subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 54.925.791,00 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e vinte e cinco mil e setecentos e noventa e um reais), dividido em 54.925.791 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e vinte e cinco mil e setecentos e noventa e um) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal."** **(iv)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando inclusive as deliberações tomadas nesta data, sendo que o estatuto social passará a vigorar, a partir desta data, com a redação constante do Anexo I a esta ata, bem como a dispensa da publicação do estatuto social em jornal. **6. Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, em moeda corrente nacional, nos termos do Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida e achada conforme, aprovada e assinada pelos acionistas titulares da totalidade das ações emitidas pela Companhia. O teor desta ata será publicado na forma de extrato, sem a inclusão de seus anexos, que serão arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio, transcrevo o estatuto na íntegra, para que passe a compor a presente ata. São Paulo, 13 de agosto de 2024. **Mesa:** Caroline de Jesus Novaes – Presidente; Flávio Domingos Gonçalves – Secretário. **Acionistas:** Caroline de Jesus Novaes; Gabrielle de Jesus Novaes; Flávio Domingos Gonçalves. (Anexo I da Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 13 de agosto de 2024). **Estatuto Social da Sociedade Anônima Orbis Participações e Empreendimentos S.A.: Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Prazo de Duração: Artigo 1º. A Orbis Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º. A Companhia tem sede na Rua Santa Monica, nº 281, sala 02, Parque Industrial San José, na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, CEP: 06715-865. A Companhia poderá abrir, manter e encerrar filiais, sucursais, depósitos e escritórios, mediante decisão dos acionistas, em qualquer local do território nacional ou no exterior, sempre que for conveniente aos interesses sociais. Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social: I – Administração de bens patrimoniais e imobiliários próprios; II – Participação em empreendimentos e outras sociedades, na qualidade de acionista ou sócia, no sentido lato da expressão; e III – Locação de máquinas e equipamentos comerciais e industriais. Artigo 4º. A Companhia wigerá por prazo indeterminado. Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5º. O capital social da Companhia subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 54.925.791,00 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e vinte e cinco mil e setecentos e noventa e um reais), dividido em 54.925.791 (cinquenta e quatro milhões, novecentos e vinte e cinco mil e setecentos e noventa e um) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia emitirá certificados de ações. Artigo 6º. Cada ação ordinária confere ao seu titular direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Artigo 7º. As ações não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, sem o consentimento de todos os acionistas e respeitado o direito de preferência dos demais acionistas, nos termos deste contrato. Artigo 8º. As ações são indivisíveis perante a Companhia. Artigo 9º. A responsabilidade dos acionistas é, na forma da legislação em vigor, limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. Artigo 10º. A Companhia não poderá emitir, ou manter em circulação, partes beneficiárias. Capítulo III – Assembléia Geral: Artigo 11º. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social da Companhia e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem. Parágrafo 1º. A Assembléia Geral será convocada pelos Diretores da Companhia, mediante comunicação escrita aos acionistas, com aviso de recebimento, ou nos termos da lei. Sem prejuízo do aqui disposto, os acionistas reunir-se-ão sempre que houver convocação por acionistas representando o percentual de 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia ou pelos Diretores, sendo certo que será considerada regularmente convocada e válida a Assembléia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. Parágrafo 2º. A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembléia, a ordem do dia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. Parágrafo 3º. A primeira convocação da assembléia geral deverá ser feita com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência da data de publicação do primeiro anúncio, sendo que, não se realizando a assembléia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência de, pelo menos, de 5 (cinco) dias. Tais formalidades serão dispensadas se todos os acionistas comparecerem à assembléia. Parágrafo 4º. Os acionistas deverão comunicar imediatamente à Companhia sobre a mudança de seus respectivos endereços, sob pena de se considerar válida a convocação feita por correspondência enviada aos endereços constantes deste instrumento. Parágrafo 5º. O acionista poderá ser representado na Assembléia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Parágrafo 6º. A Assembléia Geral será presidida por um acionista a ser indicado pela própria Assembléia Geral. O presidente da Assembléia Geral convidará, dentre os presentes, o secretário dos trabalhos. Parágrafo 7º. O local da realização da assembléia deverá ser o da sede social, salvo se, por razões justificadas ou motivo de caso fortuito ou força maior, outro local for escolhido no mesmo município da sede, caso em que deverá ser indicado,**

com clareza, nas convocações. As assembleias digitais serão consideradas como realizadas na sede da Companhia, observada a legislação aplicável em vigor. **Parágrafo 8º.** Observada a legislação em vigor, a Assembléia Geral poderá ser realizada de forma: (i) semipresencial, quando os acionistas, sócios ou associados puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização da assembléia, mas também a distância, conforme item "ii" a seguir; ou (ii) digital, quando os acionistas, sócios ou associados só puderem participar e votar a distância, mediante o envio de boletim de voto a distância e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação da assembléia deverá informar, em destaque, se assembléia será presencial, semipresencial ou digital, detalhando, conforme o caso, como os acionistas poderão participar e votar a distância, sendo certo que a Companhia deverá adotar sistema e tecnologia acessíveis para que todos os acionistas participem e votem a distância na assembléia ou reunião semipresencial ou digital. **Parágrafo 9º.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número. **Parágrafo 10º.** Os acionistas sem direito de voto podem comparecer à Assembléia Geral e discutir a matéria submetida à deliberação. **Parágrafo 11º.** O presidente da Assembléia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de acordo(s) de acionistas arquivado(s) na sede da Companhia, sendo encarregado de não computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordo(s). **Artigo 12º.** Compete à Assembléia Geral as atribuições conferidas em lei e aquelas previstas neste Estatuto Social. **Artigo 13º.** Os atos abaixo relacionados dependerão de prévia deliberação e aprovação da Assembléia Geral, e serão tomados por votos de acionistas que representem o percentual de 70% (setenta por cento) do capital social votante da Companhia (não se computando os votos em branco): (i) constituição de qualquer tipo de ônus ou gravame e/ou a alienação de participações societárias ou qualquer bem imóvel da Companhia (ii) Prestação de fiança, aval ou outra garantia pessoal ou real em favor de terceiros pela Companhia; e, (iii) Operações de empréstimos, financiamentos ou contratos de qualquer natureza que resultem em obrigações para a Companhia, bem como quaisquer alterações, anulações, renúncias, renovações, prorrogações, antecipações, renegociações, reestruturações ou refinanciamento de tais créditos ou Contratos, os quais, isoladamente ou no conjunto de qualquer série de contratos desdobrados ou operações análogas, sejam superior R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). **Parágrafo Único.** Cada ação ordinária terá 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Capítulo IV – Administração: Artigo 14º.** A Diretoria é o órgão de administração e representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais, observado o disposto na legislação e neste Estatuto Social, especialmente para aqueles que dependem de prévia aprovação da Assembléia Geral. **Artigo 15º.** A Companhia é administrada pelos Diretores Flávio Domingos Gonçalves e Pedro Luis Amaral Pedroso. Os diretores são residentes no País, podendo ser acionistas ou não, sem designação específica ou com a designação que lhes for determinada no respectivo ato de nomeação, com mandato unificado de 3 (três) anos, permanecendo no cargo até a investidura de novos diretores eleitos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** Os Diretores serão eleitos pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia e devem assumir seus cargos dentro de 30 (trinta) dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro próprio. **Parágrafo 2º.** Em caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretor, qualquer dos Diretores remanescentes deverá convocar, imediatamente, Assembléia Geral, que elegerá o novo Diretor. **Artigo 16º.** A Companhia será representada, individualmente, por qualquer um dos Diretores ou por um único procurador nomeado por instrumento específico, exceto nos casos listados no Artigo 13. **Parágrafo 2º.** Exceto pelos atos previstos no Artigo 13 acima, que precisarão de aprovação da Assembléia Geral, os demais atos de administração da Companhia poderão ser praticados pela Diretoria e não precisarão de aprovação da Assembléia Geral para serem praticados, estando, desde já, autorizados pelos Acionistas da Companhia. **Artigo 17º.** As procurações da Companhia deverão ser outorgadas por meio de instrumento público ou particular, com poderes especiais, prazo determinado, que não poderá exceder a 1 (um) ano, menção expressa da finalidade para a qual é outorgada e proibição de seu subestabelecimento. Já as procurações *ad judicium* permanecerão em vigor, salvo revogação expressa, pelo tempo de duração dos processos neles especificados até decisão final e irrecorrível, podendo conter previsão de subestabelecimento. **Artigo 18º.** Os Diretores da Companhia não receberão qualquer tipo de remuneração, benefício ou verba de representação pelo exercício do cargo de Diretor da Companhia, devendo expressamente renunciar a qualquer direito neste sentido. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 19º.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. O Conselho Fiscal somente será instalado mediante convocação dos acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto, sendo eleitos em Assembléia Geral. **Artigo 20º.** O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral. **Parágrafo 1º.** O regulamento interno aplicável ao Conselho Fiscal será estabelecido pela Assembléia Geral. **Parágrafo 2º.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos para o mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Parágrafo 3º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio. **Parágrafo 4º.** Ocorrendo renúncia, impedimento ou vacância do cargo de um membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente o substituirá. Em caso de impedimento ou vacância permanente no cargo de um membro do Conselho Fiscal sem que haja suplente para o substituir, caberá a um dos demais membros do Conselho Fiscal convocar, imediatamente, uma Assembléia Geral da Companhia para eleger um novo membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente para preencher o cargo e completar o mandato do membro impedido ou vacante. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros: Artigo 21º.** O exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 22º.** Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado da seguinte forma: **(a)** o pagamento de dividendo determinado nos termos do *caput* deste artigo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar; e **(b)** os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. **Parágrafo 1.** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado à constituição da reserva legal, visando assegurar a integridade do capital social, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social integralizado. **Parágrafo 2º.** O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório caso seja incompatível com a situação econômico-financeira da Companhia no respectivo exercício social. **Parágrafo 3º.** Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do Parágrafo 2º acima serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos com dividendo assim que o permitir a situação econômico-financeira da Companhia. **Parágrafo 4º.** O saldo remanescente do lucro líquido terá a destinação que for determinada pela Assembléia Geral. **Artigo 23º.** A Companhia, por decisão da Diretoria, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros apurados nestes balanços. **Artigo 24º.** A Diretoria poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 25º.** Os dividendos e juros sobre capital próprio declarados poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado de exercício social em que forem distribuídos. **Artigo 26º.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos no prazo deliberado em Assembléia Geral. Somente incidirá correção monetária e/ou juros, se assim for determinado pela Assembléia Geral. Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 3 (três) anos reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VII – Liquidação: Artigo 27º.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o(s) liquidante(s) e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e a remuneração. **Artigo 28º.** A morte, interdição ou ausência judicialmente declarada de qualquer dos sócios não dissolverá a Companhia, que prosseguirá com os acionistas remanescentes e com os herdeiros do acionista falecido ou ausente. **Capítulo VIII – Solução de Conflitos: Artigo 29º.** Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir qualquer dúvida ou controvérsia decorrente deste Estatuto Social, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam. **Capítulo IX – Disposições Gerais: Artigo 30º.** Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembléia Geral e pela legislação aplicável.

99Pay Instituição de Pagamento S.A

CNPJ/MF nº 24.313.102/0001-25 - NIRE 35.300.489.420
Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024
Data, Horário e Local, Realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede da 99Pay Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia") localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida dos Autonomistas, 2.561, 1º andar, Sala 102, Centro, CEP 06090-020. **Convocação e Presença,** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **Ordem do Dia,** Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras e contábeis apresentadas pelos administradores da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Mesa.** Presidente: Leonardo Lin Murata. Secretária: Andressa Andrade. **Deliberações.** Instalada a assembleia, os acionistas aprovam por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições, as seguintes deliberações: (i) **aprovar, sem ressalvas, reservas ou restrições,** as demonstrações financeiras e contábeis disponibilizadas pelos administradores da Companhia e confirmadas por auditoria externa contratada pela Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Encerramento e Lavratura da Ata.** Nada mais havendo a tratar e na ausência de manifestação por qualquer dos presentes, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das S.A., que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas.** Presidente: Leonardo Lin Murata. Secretária: Andressa Andrade. Acionistas Presentes: 99Pay S.A. (p. Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça); e 99 Pay LLC (p. Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça), Osasco, SP, 30 de abril de 2024. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. JUCESP nº 253.257/24-4 em 26/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 – NIRE 35.300.446.666
Editai de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da Estok Comércio e Representações S.A. ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 9º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia a, com fundamento no art. 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 22 de agosto de 2024, às 15h, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida José Cesar de Oliveira nº 21, Conjuntos 31, 32 e 33, Bloco III, Vila Leopoldina, CEP 05317-000, para deliberarem sobre: (i) A ratificação do pedido de recuperação extrajudicial da Companhia, ajuizado no dia 9 de agosto de 2024 e distribuído para a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral Extraordinária portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 11, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. São Paulo, 14 de agosto de 2024. **Fernando Cezar Dantas Porfirio Borges** – Presidente do Conselho de Administração. (14, 15 e 16/08/2024)

CLR 16 Politécnica Empreendimento Imobiliário SPE S/A

CNPJ/MF nº 41.776.404/0001-59
Licença Ambiental
Torna público que que foi concedido por SVMA/CLA em 08/08/2024 a Licença Ambiental de Instalação – LAI nº 04/CLA-SVMA/2024, para a atividade de Galpões Logísticos de Uso Compartilhado situado à Rua João Moreira Salles nº 130, Jardim Monte Alegre, São Paulo/SP.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/08/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

